



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0142270-34.2006.8.26.0100**

**VOTO Nº 20659**

**Registro: 2014.0000583073**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0142270-34.2006.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante CLAUDIA MOREIRA GUIMARÃES SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados AGNALDO CANUTTO, MERCEDES APARECIDA MORACA e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

**ACORDAM**, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente) e SOARES LEVADA.

São Paulo, 8 de setembro de 2014.

Cristina Zucchi  
RELATORA  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0142270-34.2006.8.26.0100**

**VOTO Nº 20659**

Apelante: CLÁUDIA MOREIRA GUIMARÃES SANTOS

Apelados: AGNALDO CANUTTO E OUTROS

Comarca: São Paulo – 9ª V. Cível (Proc. 583.00.2006.142270-3).

**EMENTA:**

RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – COLISÃO EM CRUZAMENTO – CULPA DO CORRÉU E NEXO CAUSAL CARACTERIZADOS – AUSÊNCIA, CONTUDO, DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO DANO MORAL – HIPÓTESE EM QUE A AUTORA NÃO COMPROVOU QUE O FATO TENHA GERADO DOR E SOFRIMENTO, NEM DEMONSTROU EM QUE MEDIDA O ACIDENTE TENHA AFETADO OS SEUS SENTIMENTOS ÍNTIMOS, ENSEJARADORES DO DANO MORAL – DECRETO DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDO.

Recurso de apelação improvido.

Trata-se de apelação (fls. 400/415, sem preparo em razão da justiça gratuita – fls. 24), interposta contra a r. sentença de fls. 390/398 (da lavra do MM. Juiz Danilo Mansano Barioni), cujo relatório se adota, que julgou improcedente ação de indenização, fundada em acidente de trânsito, e prejudicada a denunciação da lide.

Alega a autora-apelante, em síntese, que o réu cruzou as vias com o sinal amarelo, em plena madrugada e em alta velocidade, e não prestou socorro às vítimas, que não há nenhum indício de que o táxi no qual trafegava estava no meio do cruzamento, que não pode ser desconsiderado o constante do boletim de ocorrência, que a perícia médica constatou ter havido lesões, confirmando incapacidade total e temporária por cerca de sessenta dias, e que o réu deve ser condenado no pagamento dos danos morais pleiteados. Requer a reforma da r.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0142270-34.2006.8.26.0100**

**VOTO Nº 20659**

sentença.

O recurso é tempestivo (fls. 399/400) e foi recebido no duplo efeito (fls. 416).

Contrarrazões às fls. 419/423 e 425/436.

**É o relatório.**

O recurso comporta parcial provimento.

No boletim de ocorrência de fls. 20/21 constam as declarações do motorista de táxi, no qual trafegavam a autora-apelante, mais duas pessoas. Portanto, trata-se de afirmações unilaterais. Como cediço, o boletim de ocorrência constitui-se de prova cuja presunção de veracidade é relativa, não sendo prova bastante quando há outros elementos em contrário nos autos.

Caberia, portanto, à autora comprovar suas alegações, corroborando o que constou do boletim de ocorrência.

Segundo constou do termo de audiência de fls. 222, o motorista de táxi, Sr. Benildo, veio a falecer, não tendo sido declinada a *causa mortis*. Restou ajustado o aproveitamento das provas colhidas perante o Juízo da 4ª Vara Cível (ações propostas pelas outras ocupantes do táxi no dia do acidente).

Em seu depoimento, prestado na qualidade de informante perante a E. 4ª Vara Cível da Capital, a autora-apelante afirmou que (fls. 230) “... *naquele momento a depoente estava procurando a chave de sua casa, quando sentiu o impacto da colisão, que não viu como aconteceu o acidente ...*”; mais adiante afirmou que o corréu Agnaldo “... *ligou para a depoente depois do acidente e ajudou a depoente, dando alimentos e pagou a mensalidade da escola da filha da*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0142270-34.2006.8.26.0100**

**VOTO Nº 20659**

*depoente, cerca de uns três meses.”.*

A testemunha Eliana Aparecida Bueno Kazis, ouvida na qualidade de informante (fls. 220), cuja contradita foi acolhida nos autos da ação que tramitava perante a E. 4ª Vara Cível da Capital, em razão de também mover ação contra os mesmos réus da presente ação, disse que o sinal estava verde para o táxi e vermelho para o réu. Afirmou que (fls. 220) “... *recebeu ajuda do corréu Agnaldo após o acidente; que Agnaldo pagou as despesas do hospital e também pagou dois meses do aluguel da depoente.*”.

O corréu Agnaldo Canutto, em seu depoimento pessoal (fls. 232/233), afirmou que, quando estava passando pelo cruzamento, o sinal ficou amarelo, vindo a colidir com o táxi, que o acidente ocorreu de madrugada, que (fls. 232) “... *depois do acidente parou o carro e desceu e quando viu que o socorro estava chegando o depoente foi embora ...*” e que (fls. 233) “... *foram pagos hospitalais, aluguel, escola, ou seja, fez tudo para ajudar as pessoas atingidas pela acidente, que até dentadura da autora o depoente pagou.*”.

De início, infere-se que não vinga a alegação da apelante de que o corréu Agnaldo não parou o veículo e ainda se evadiu do local sem prestar socorro. Note-se que o afirmado no depoimento pessoal não destoa do que foi afirmado pelo condutor do táxi, que se envolveu no acidente e lavrou o boletim de ocorrência de fls. 21, dizendo que “... *o condutor do veículo Zafira, após o acidente, desceu do auto e disse-lhe que não precisaria preocupar-se, eis que pagaria a tudo, contudo, ao verificar a aproximação da viatura do Resgate deixou o sítio sem dar qualquer explicação.*”.

Assim sendo, respeitado o convencimento do ilustre Juiz *a quo*, tenho por configurada a culpa do corréu Agnaldo pelo acidente.

Não há comprovação efetiva de que o sinal semafórico tivesse

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0142270-34.2006.8.26.0100**

**VOTO Nº 20659**

mudado para o amarelo quando o corréu Agnaldo já iniciava sua travessia. Note-se que o ora apelante não impugnou a alegação de que seu veículo atingiu a lateral direita do táxi em que trafegava a autora; desse modo, foi ele quem colidiu com o táxi. Para que a colisão ocorresse na lateral do táxi, este veículo já deveria estar atravessando o cruzamento; nesse caso, o corréu teria visto tal manobra e seria sua obrigação diminuir a velocidade ou tentar frear para evitar um mal maior, a não ser que estivesse em velocidade incompatível com o local.

Embora não se tenha testemunha presencial, o que se mostra difícil até pelo horário do acidente (04hs00 da madrugada), entendo que o corréu confessou indiretamente que foi o causador do acidente, posto que, do contrário, não teria pago despesas de hospital, alugueis, escola das pessoas envolvidas no acidente e até dentadura de uma delas, como afirmou expressamente.

Se isso tivesse sido feito por compaixão, como afirmado na contestação (fls. 54), o corréu Agnaldo deveria ter se acautelado, mediante ressalvas em eventuais recibos de pagamento, já que, desde o dia do acidente, segundo o que constou de seu depoimento, estava assistido por advogado, chegando a afirmar que, naquele dia, após certificar-se de que o socorro às vítimas estava chegando, (fls. 232/233) “... *ligou para seu advogado e foi embora do local, que então o advogado do depoente mandou uma pessoa à delegacia para acompanhar os fatos e foram pagos hospitais, aluguel, escola ...*”.

O fato é que, mesmo por benemerência, havendo indenização extrajudicial às vítimas do acidente de alguns danos materiais, forçoso inferir-se a assunção de sua culpa pelo acidente. O fato de, assistido por advogado, ter pago despesas das vítimas, evidencia sua culpa pelo acidente.

Assim sendo, presentes o nexo causal e a culpa, resta verificar a comprovação do dano.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0142270-34.2006.8.26.0100**

**VOTO Nº 20659**

Quanto aos danos materiais e pedido de pensão, a r. sentença afastou tal pretensão por ausência de comprovação e contra isso a ora apelante não se insurgiu.

No que se refere aos danos morais, verifico que não restaram configurados.

Na inicial, a autora-apelante afirmou que (fls. 08) “... *restaram danos de ordem moral, sofridos pela requerente, tendo em vista que restou-lhe somente limitações físicas, cicatrizes e frustrações. Também sente-se humilhada pelo fato de o primeiro requerido, possuindo boas condições financeiras, segundo informações, até mesmo seguro total do veículo, jamais preocupou-se com o que ela estaria sofrendo em decorrência do acidente.*”.

Não há nos autos comprovação das alegadas limitações físicas, nem cicatrizes. No item VI do laudo pericial realizado pelo IMESC, que trata do exame físico geral e especial (fls. 351/352), a *expert* afirma não há cicatrizes e que não há limitação funcional ou anatômica aos movimentos ativos e passivos da pericianda. Concluiu o laudo que a ora apelante (fls. 353) “... *mostra-se recuperada das lesões sofridas no acidente, não sendo possível caracterizar seqüela funcional.*”.

O laudo pericial indicou ter (fls. 353) “... *havido incapacidade total e temporária por cerca de sessenta dias ...*”, ou seja, foi impreciso ao indicar por quanto tempo, efetivamente, a pericianda teria ficado impossibilitada de exercer suas atividades normais. Afirmou a perícia médica que (fls. 352/353) “... *pode-se concluir que se trata de pericianda portadora de fratura consolidada da fíbula direita, seqüela de acidente automobilístico, secundária a trauma direto no acidente narrado.*”; vale registrar, contudo, que no prontuário médico da ora apelante constou (fls. 285) “*Paciente c/ fratura incompleta de fíbula.*” e que “*Paciente recusou-se a imobilizar a perna.*”. Em suma, não há prova efetiva de

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0142270-34.2006.8.26.0100**

**VOTO Nº 20659**

que, em razão do acidente, a ora apelante estivesse totalmente impossibilitada de exercer suas atividades laborais e sociais.

A alegação de que o corréu não se preocupou com seu sofrimento perde sustentação quando se verifica, como já mencionado acima, que a própria autora afirmou que (fls. 230) “... *Agnaldo ligou para a depoente depois do acidente e ajudou a depoente, dando alimentos e pagou a mensalidade da escola da filha da depoente, cerca de uns três meses.*”.

Em suma, segundo se verifica dos autos, não há sequer prova efetiva de que a ora apelante tenha ficado impossibilitada do exercício de suas atividades, nem restou indicado na inicial qual teria sido a extensão de suposto desequilíbrio emocional da autora a ponto de provocar abalos em sua personalidade, em seu estado de espírito.

Vale mencionar que, não sendo o caso de dano que decorre só do fato da coisa (*in re ipsa*), o dano moral não é presumido, devendo ser cabalmente demonstrado. Ausente a notoriedade do dano moral, não basta o fato do acontecimento em si, sendo imprescindível a prova de sua repercussão, comprovando que o fato gerou dor e sofrimento, enfim, que tivessem afetado os sentimentos íntimos que ensejam o dano moral, o que não se deu no caso concreto.

Como cediço, o dano moral se caracteriza pela dor, vexame, sofrimento, humilhação etc, enfim, sentimentos que fogem à normalidade da vida cotidiana, causando angústia, aflição e desequilíbrio, e isso não restou evidenciado. Não há evidência, segundo as provas dos autos, de que a honra da autora houvesse sido efetivamente atingida.

Portanto, segundo o conjunto probatório, não restou configurada a alegada ofensa moral, não se podendo olvidar que dissabores decorrentes de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0142270-34.2006.8.26.0100**

**VOTO Nº 20659**

acidente de trânsito não podem, por si só, significar desequilíbrio psicológico.

Não se verifica, destarte, a possibilidade de condenação dos corréus por danos morais, uma vez que não restou comprovado que o acidente tenha interferido efetivamente no comportamento psicológico da autora.

A lide secundária, por conseguinte, resta prejudicada, valendo registrar que a apólice securitária, na cláusula 6.1.“f” (fls. 147) exclui expressamente da cobertura eventual condenação do segurado pelo pagamento por danos morais e estéticos.

Assim sendo, mesmo que por outros fundamentos, devem ser mantidos o decreto de improcedência da ação e os ônus sucumbenciais indicados na r. sentença.

Ante o exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

**CRISTINA ZUCCHI**  
**Relatora**